

**SECRETARIA DOS DIREITOS HUMANOS DA
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA**

26ª Reunião Ordinária do CNCD/LGBT

Ata da ordem do dia 30 de abril de 2015

Brasília-DF

SECRETARIA DOS DIREITOS HUMANOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Ata da Reunião Ordinária do CNCD/LGBT

Data: 30/04/2015

1 Aos trinta dias do mês de abril de dois mil e quinze teve início a Reunião Ordinária do
2 CNCD/LGBT, sob a Coordenação da Sra. Juliana Gomes Miranda. Estiveram presentes os
3 seguintes Conselheiros (as) Representantes da Sociedade Civil: Gil Santos, Representante da
4 Central de Movimentos Populares – CMP; Keila Simpson, Representante da Associação Nacional
5 de Travestis Transexuais – ANTRA; Lohren Beauty, Representante do Grupo E-Jovem de
6 Adolescentes Gays, Lésbicas e Aliados; Heliana Hemetério dos Santos, Representante da
7 Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – ABGLT;
8 Whashington Luiz Santos do N. Dias, Representante da Rede Nacional de Negras e Negros – REDE
9 AFRO; Zezinho do Prado, Representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores em
10 Educação – CNTE; Léo Mendes, Representante da Articulação Brasileira de Gays – ARTGAY;
11 Maria Guilhermina da Cunha Salasário Ayres, Representante da Associação Brasileira de Lésbicas,
12 Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – ABGLT; Marina Reidel, Representante da Associação
13 Brasileira de Estudos da Homocultura – ABEH; Marylucia Mesquita Palmeira, Representante do
14 Conselho Federal de Serviço Social – CFESS; Roselaine Dias da Silva, Representante da Liga
15 Brasileira de Lésbicas – ABL; Yone Lindgren, Representante da Articulação Brasileira de Lésbicas,
16 ABL; Carlos Obici, Representante da Central Única dos Trabalhadores – CUT; Rebeca Valadão
17 Bussinger, Representante do Conselho Federal de Psicologia – CFP; Daniel de Jesus Costa,
18 Representante do Fórum Nacional de Juventude Negra – FONAJUNE. Os Conselheiros (as)
19 Representantes do Governo: Alexandre Bortolini, Representante do Ministério da Educação –
20 MEC; Adrianna Figueiredo Soares, Representante do Ministério do Desenvolvimento Social –
21 MDS; Ivanildo Franzosi, Representante da Casa Civil – CC; Marina Marinho, Representante do
22 Ministério da Saúde – MS; Carlos Eduardo Soares Martins Pinto, Representante do Ministério do
23 Trabalho e Emprego – MTE; Janaína Barbosa Oliveira, Representante da Secretaria de Políticas
24 para Mulheres – SPM; Fátima Aparecida Rampin, Representante do Ministério da Previdência
25 Social – MPS; Thaís Borges S. P. Werneck, Representante do Ministério da Cultura – MINC;
26 Juliana Gomes Miranda, Representante da Secretaria de Direitos Humanos – SDH. Convidados (as)
27 e participantes: Samanda Alves de Freitas, Ex-Conselheira do CNCD/LGBT/Mandato Senadora

28 Fátima Bezerra-PT/RN; Rafael Dias, Representante da Universidade de Campinas – UNICAMP;
29 Maíra Santos de Lima, Representante da Câmara dos Deputados; Patrick Thiago Bomfim,
30 Representante da Coordenação-Geral de Controle da Dívida Pública/Secretaria de Estado de
31 Políticas para as Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos/Governo do Distrito Federal –
32 CODIV-SEMIDH-GDF; Flávio Brebis, Representante da Coordenação-Geral de Controle da Dívida
33 Pública/Secretaria de Estado de Políticas para as Mulheres, Igualdade Racial e Direitos
34 Humanos/Governo do Distrito Federal – CODIV-SEMIDH-GDF; Luís Henrique Vieira,
35 Representante da Secretaria de Direitos Humanos/Presidência da República – SDH/PR; Layla
36 Achkar Magalhães Torres, Representante da Secretaria Geral – SG; Érica Kokay, Deputada Federal;
37 Douglas Santos, Representante da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial –
38 SEPPIR; Rafael Raef, Representante do Ministério da Justiça – MJ; Lucas de Alencar Oliveira,
39 Representante do Conselho Federal da OAB; Paulo Maldos, Secretário Nacional de Promoção e
40 Defesa dos Direitos Humanos – SNPDDH. **ABERTURA:** O Sr. Paulo Maldos (SNPDDH) iniciou
41 a reunião cumprimentando a todos e informou que se engajaram no planejamento estratégico com a
42 Ministra Ideli, em que está sendo realizadas reuniões semanalmente com uma equipe de consultores
43 e assessores para finalizá-lo no início de maio. Arrazouo que com a saída da Ministra Ideli, o novo
44 Ministro lhes convidaram para permanecer nessa gestão e que, a experiência na Secretaria Geral foi
45 de ampliar a participação social no país, em que foi gestada a Política Nacional de Participação
46 Social – PNPS que foi bombardeada no Congresso. Discorreu que também criaram uma
47 coordenação apenas sobre participação digital, no qual se procuraram fortalecer e que, os pontos
48 colocados serão abordados no sentido de encontrar uma solução. Explanou que a Conferência é um
49 compromisso fundamental que está sendo discutido no âmbito do conjunto de Conferências de 2015
50 da SDH e que na questão dos recursos para viabilizar iniciativas das organizações será construída
51 uma estratégia de apoio das empresas públicas estatais nas iniciativas da sociedade civil que será
52 apresentada para o Ministro na próxima semana. A Sra. Juliana Gomes Miranda (SDH) agradeceu,
53 não apenas a presença do Sr. Paulo Maldos, mas também pela confiança na importância desse
54 Conselho e comunicou que uma das coisas que retiraram como encaminhamento da reunião
55 preparatória é que as mesmas sejam definitivamente, reuniões de alinhamento político dentro do
56 Governo. Sendo aprovada a pauta da reunião, um participante sugeriu a inclusão do informe sobre a
57 visita a Itatira – Ceará. A Sra. Juliana Gomes Miranda elucidou que esse item já está incluso na
58 pauta e que, haverá também um relato da vivência e da missão da Câmara. Prosseguindo para a

59 aprovação da Ata da última reunião, a Sra. Marylucia Mesquita Palmeira (CFESS) observou que
60 esse documento se trata de um resumo executivo e ponderou que existem dois itens que não ficaram
61 nítidos em sua opinião, um foi a forma como foi redigido o texto que se refere ao processo eleitoral.
62 A Sra. Juliana Gomes Miranda propôs que a Sra. Marylucia Mesquita Palmeira envie, até o final da
63 reunião, a sua proposta de redação para que seja realizada a correção. A Sra. Marylucia Mesquita
64 Palmeira articulou que na página 08 existe uma fala que está identificada como sua erroneamente e
65 questionou quem seria o responsável pela elaboração da ata e do resumo executivo. A Sra. Juliana
66 Gomes Miranda explicou que tiveram uma alteração de encaminhamento de serviços em que foi
67 aprovada a realização de gravação e degravação da reunião e que, possuem três pessoas
68 responsáveis nessa reunião para elaborar o resumo executivo, que provavelmente não ficará
69 perfeito. Prosseguindo para os informes, postulou que teve o prazer de participar de parte da reunião
70 do Comitê Nacional de Gestoras e Gestores da Política LGBT, em que foram colocados para SDH
71 sobre a importância de esclarecer o que quer das Conferências, como quer e orientar os parceiros
72 quais são os documentos e as orientações que a SDH retransmitirá, principalmente no atendimento
73 ao calendário. Diante a realização de várias Conferências, articulou que foi sugerido refletir sobre a
74 possibilidade de estender o processo conferencial para além de 2015. Com relação a eleição,
75 notificou que foi publicado hoje o edital de eleição de representação da sociedade civil, visto que no
76 dia 30 de julho haverá a assembleia em que será realizada a votação. Relatou que a próxima reunião
77 do Comitê Executivo Nacional será no dia 18 de maio para estabelecer orientações mais concretas
78 em relação ao processo das Conferências e que, estão trabalhando para que todos os Conselheiros
79 recebam corretamente os valores das passagens e das diárias. Compreendeu que o Conselho e o
80 Comitê de Gestores devem pensar o que exatamente será proposto para institucionalizar o Sistema
81 Nacional LGBT, articulando ainda mais com os parceiros. Arrazoou que a proposta é criar um
82 grupo com seis pessoas para estudar e trazer uma proposta em diálogo com o Conselho para
83 apresentação na próxima reunião e inferiu que precisam observar que o sistema é um conjunto de
84 iniciativas de diversas naturezas, inclusive do Plano Nacional e suas replicações em Estados e
85 Municípios. Discorreu que espera trazer, no máximo, respostas concretas com relação aos treze
86 pontos da cartilha e comprometeu-se que assim que houverem homologado o resultado das eleições,
87 iniciarão um planejamento estratégico do Conselho em conjunto com os principais parceiros. Com
88 relação às resoluções, notificou que o Ministro confirmou que não irão retroceder e que precisam
89 dar vazão as orientações que as resoluções trazem. A Sra. Érika Kokay (Deputada Federal)

90 ponderou que a discussão que será ser feita em função da pauta que está no legislativo, também é
91 sua e que, depois gostaria de analisar as ideias sugeridas para que possam implementá-las. Ilustrou
92 que estão vivenciando um momento de muita dificuldade na Câmara, com muitas pressões
93 fundamentalista e inferiu que os movimentos como o LGBT e das mulheres, que buscam o direito
94 de ser, está associado à própria humanidade que não pode expressar a sua efetividade e sua
95 sexualidade. Ressaltou que o Presidente da Câmara é o maior instrumento de articulação do
96 conjunto das bancadas conservadoras, que representam o fundamentalismo, seja patrimonialista,
97 religioso ou fundamentalismo encarcerador e que, o Presidente da Comissão dos Direitos Humano,
98 Deputado Paulo Pimenta, defende os direitos das pessoas humanas, mas arrazouou que dentre
99 dezoito membros, treze são fundamentalistas. Discorreu que não conseguiram aprovar o Seminário
100 de Cidadania LGBT na Comissão de Direitos Humanos e tentaram pela Comissão de Ciência e
101 Tecnologia, não conseguindo também e explicou que o mesmo teria como mote a discussão sobre o
102 ódio homofóbico e a comunidade LGBT. Comunicou que conseguiram aprovar o Seminário ontem
103 na Comissão de Legislação Participativa e na Comissão de Cultura e também a diligência para a
104 questão da Sra. Verônica e das oitivas. Ponderou que estão com a estratégia de não possibilitar o
105 crescimento e a divulgação da Comissão do Estatuto da Família e que, possuem dois requerimentos
106 que contam com mais de 10% de assinaturas da Câmara, para que, sendo aprovado na Comissão do
107 Estatuto da Família, imediatamente entre com o requerimento para que o processo não seja
108 encaminhado ao Senado, para que passe pelo Plenário para ganharem tempo e capacidade de
109 articulação. Destacou que possuem o estudo da família, a estrutura de audiência de ex-gay, os PDCs
110 em uma luta de resistência e um projeto da Deputada Maria do Rosário para coibir e que, estão
111 apresentando a reedição do projeto de criminalização da homofobia e tentando emendar o Código
112 Penal nessa perspectiva. Informou que apresentarão um requerimento para a realização de uma
113 audiência pública sobre a discussão para que possam fazer uma grande frente de todos os
114 movimentos que estão ameaçados. Articulou que conseguiram aprovar o projeto do Estatuto da
115 Pessoa com Deficiência que trata do atendimento específico a partir da orientação sexual e
116 identidade de gênero. A Sra. Keila Simpson (ANTRA) parabenizou a Deputada Érica Kokay pela
117 atuação em todas as frentes que estão discutindo a cidadania e a garantia da vida e explanou que
118 trabalharam nas resoluções, especialmente na Resolução 12 com o foco na educação. Articulou que
119 inseriram um considerando emocionante dizendo que o motivo de que 90% da população de
120 travestis e transexuais estão na prostituição é que a escola não está preparada para aceitá-los.

121 Postulou que estão dialogando fortemente com o Conselho Nacional de Educação, que sinalizou a
122 possibilidade de estar junto na vanguarda para publicar a resolução. O Sr. Gil Santos relatou que
123 trouxe como proposta para a Câmara Técnica de Legislação e Normas para que discutisse um pouco
124 sobre o PL 5002 e trouxesse também para o Pleno e que, estão pensando em trabalho o PL 2002. A
125 Sra. Érika Kokay elucidou que o PL que trata sobre os direitos dos adolescentes de recorrerem a
126 Defensoria Pública para entrar no processo transexualizador está pronto para ir para o Plenário, mas
127 explicou que existe uma polêmica a cerca da oportunidade de colocá-lo em discussão nesse exato
128 momento. O Sr. Gil Santos arrazoou que está acontecendo uma campanha nacional de mulheres
129 transexuais, travestis e homens trans em prol a esse PL e a Deputada Érika Kokay compreendeu que
130 a discussão LGBT na sua amplitude, é uma discussão que ganha à sociedade, diferentemente da
131 maioria penal. O Sr. Alexandre Bortolini (MEC) informou que o MEC elaborou recentemente
132 dois pareceres contrários ao Estatuto da Família e questionou qual a estratégia discursiva que estão
133 tomando ou pretendendo tomar no enfrentamento desse Estatuto. A Sra. Érika Kokay justificou que
134 terá que se ausentar dessa discussão, pois possui outra mesa que está lhe esperando no Ministério da
135 Justiça e explanou que precisam desconstruir a defesa de família que o estatuto faz. Ressaltou que a
136 questão do afeto e da proteção dos membros da família que são subalternizados socialmente, tem
137 sido instrumentos importantes para fazer a disputa narrativa. Retornando novamente para os
138 informes, a Sra. Marina Reidel (ABEH) informou que o Comitê de Cultura LGBT realizou uma
139 reunião semana passada com as pessoas da nova equipe responsável pelas pautas e que, estão em
140 um processo de que haverá abertura de novas inscrições para a formação de um novo Comitê.
141 Discorreu que foi entregue um relatório final para as pessoas que fazem parte do Ministério e que,
142 foram pautadas algumas questões que estão sendo analisadas que há necessidade dentro do
143 movimento LGBT. Elucidou que tiveram sérios problemas em 2014 em função das reuniões do
144 Comitê, justamente por ter sido um ano atípico em função das eleições e que, tiveram apenas duas
145 participações em eventos, na Teia Nacional e no I Seminário de Cultura LGBT em Niterói.
146 Comunicou que a pauta sobre o nome social nas escolas e nas universidades está sendo colocada em
147 pauta no Rio Grande do Sul. O Sr. Whashington Luiz Santos do N. Dias (Rede AFRO) comunicou
148 que o Conselheiro Geovan Bantu, Representante do FONAJUNE, não está presente nessa reunião,
149 porque teve alguns problemas familiares e terá que retornar para Salvador antes do que o previsto.
150 A Sra. Maria Guilhermina da Cunha Salasário Ayres (ABGLT) notificou que enviou o último
151 relatório que recebeu do CONATRAP e que, o CONATRAP está um projeto de lei na Câmara de

152 enfrentamento ao tráfico de pessoas, que deve ir a votação nos dia 05 e 06 de maio. Explanou que
153 nos dias 16 e 17 de maio será realizada, em Florianópolis, a primeira Marcha Estadual contra
154 Homofobia e que, em agosto haverá o Seminário Nacional de Visibilidade Lésbica, também em
155 Florianópolis, em que serão abordados temas sobre feminismo, histórico do movimento lésbico e
156 empoderamento de políticas públicas. A Sra. Thaís Borges S. P. Werneck (MINC) complementou
157 que o Comitê Técnico de Cultura LGBT sugeriu ao MINC que seja transformado em uma instância
158 permanente de controle social LGBT dentro do Ministério da Cultura, que já foi acatado. Articulou
159 que a minuta de portaria será divulgada em breve, transformando o Comitê em instância
160 permanente dentro do Ministério, inclusive, aumentando o número de vagas para representantes da
161 sociedade civil. Relatou que o relatório, resultando dos trabalhos, está sendo diagramado e será
162 divulgado em breve, até mesmo para servir de subsídios para as Conferências e explicou que em
163 consequência da permanência do Comitê será lançada uma chamada pública para inscrição de
164 interessados para compô-lo. A Sra. Heliana Hemetério dos Santos (ABGLT) informou que nos dias
165 28, 29 e 30 de agosto acontecerá, em Curitiba, o II Seminário Nacional de Lésbicas Negras e
166 Mulheres Bissexuais para discutir principalmente a questão racial e o protagonismo das lésbicas
167 negras e mulheres bissexuais dentro do movimento LGBT. A Sra. Raselaine Dias (LBL) discorreu
168 que a Liga Brasileira de Lésbicas estará presente na ação de lançamento da ação feminista
169 internacional que acontecerá no Rio Grande do Sul, em Santana do Livramento, de 26 a 28 de
170 setembro. Postulou que estão na Coordenação do Conselho Estadual LGBT do Rio Grande do Sul
171 provisoriamente e que tomaram como estratégia dialogar com a Secretaria de Estado da Educação
172 para conseguir articular por dentro do Estado que, de fato, a resolução do nome social se efetive.
173 Registrou que junto com outras organizações foi elaborado um ato que foi publicizado pelas mídias
174 contra a Caixa Econômica Federal, pois estão recebendo muitas reclamações no Rio Grande do Sul,
175 inclusive ações de companheiras e companheiros que vem sofrendo ações homo-lesbo-transfobia
176 por dentro da instituição Caixa Econômica Federal. Comunicou que a LBL está convocando um ato
177 público no dia da audiência da ação de uma menina trans que deferiu uma ação contra a Caixa pela
178 transfobia sofrida durante o período de estágio, que será realizado no dia 14 de maio, às 14h20, na
179 4ª Vara da 4ª Região do Tribunal Regional do Trabalho no Rio Grande do Sul. A Sra. Keila
180 Simpson notificou que a Bahia está fazendo pelo terceiro ano consecutivo uma agenda chamada
181 Maio da Diversidade, em que todos os dias são realizadas atividades em quase todas as cidades da
182 Bahia. Arrazouou que o mote principal da agenda acontecerá no dia 17 de maio, em Salvador, uma

183 marcha nacional. Explanou que também será realizado nos dias 20 a 24 de maio o I Fórum Nacional
184 de Trans Negras, em Porto Alegre. A Sra. Juliana Gomes Miranda informou que no âmbito do
185 MERCOSUL o Brasil está como Presidente do Pró Tempore e nessas condições a Secretaria de
186 Direitos Humanos coordena a reunião de altas autoridades em Direitos Humanos, que será realizada
187 nos dias iniciais de junho. Discorreu que em maio haverá as reuniões técnicas das Câmaras
188 Temáticas. Ponderou que possuem uma pauta para o dia 07 de maio, em Brasília, na ENAP, para
189 compartilhar os avanços sobre o tema LGBT, em que estarão presentes membros de outros países
190 que compõe o MERCOSUL e elucidou que uma dos principais encaminhamentos que querem
191 retirar é da articulação parlamentar no âmbito do MERCOSUL pró-direitos LGBT. Informou
192 também que ontem recebeu juntamente com o Sr. Paulo Maldos, o Embaixador da Bélgica em
193 Brasília que possui a intenção de compor uma agenda LGBT. A Sra. Marylucia Mesquita Palmeira
194 reforçou que o Seminário Nacional sobre Diversidade Trans, intitulado Serviço Social e
195 Diversidade Trans, exercício profissional, orientação sexual e identidade de gênero em debate,
196 acontecerá nos dias 11 e 12 de junho, em São Paulo. Explicou que haverá uma primeira mesa para
197 tratar sobre trans diversidade, direitos e serviço social, uma segunda mesa sobre o processo
198 transexualizador no SUS e questões para o exercício profissional do serviço social, uma terceira
199 mesa sobre sexualidades e expressões de gênero na infância e adolescência e uma quarta mesa para
200 tratar das demandas das populações trans para as políticas públicas e para o serviço social e a
201 agenda política para o serviço social brasileiro a partir dessas discussões. Ressaltou que é
202 importante a participação de todos os Conselheiros, especialmente dos Conselheiros trans. A Sra.
203 Juliana Gomes Miranda lembrou a SDH que foi aprovada pela Comissão Interamericana de Direito
204 Humano a respeito do caso da Verônica, então o caso já foi levado a Comissão para pedido de
205 informes. O Sr. Alexandre Bortolini comunicou que o edital do Programa Nacional de Extensão
206 Universitária está aberto ainda, recebendo propostas até o dia 08 de maio, visto que o programa
207 pode financiar projetos até R\$ 100 mil e programas até R\$ 300 mil em diferentes linhas temáticas.
208 Esclareceu que existe uma linha de educação em direitos humanos, em que podem ser propostos
209 projetos que contemplem as questões de gênero e sexualidade, como também existe uma linha
210 própria de promoção e defesa dos direitos da população LGBT, onde existem outras modalidades de
211 projetos que também podem ser propostos. Com relação ao PRONATEC Direitos Humanos,
212 ponderou que foi encaminhada uma reunião entre a SDH e o MEC, para que pudessem
213 internamente entender melhor como são os processos para viabilizar a inclusão da população trans.

214 Articulou que ontem aconteceu uma reunião com os dirigentes do Conselho Nacional de Educação,
215 em que foi informado que estão aguardando uma demanda formal do Conselho para iniciar a
216 formação de uma Comissão Bicameral, juntando educação básica e educação superior para discutir
217 a questão da identidade de gênero. Relatou que se incomodou com a fala realizada ontem pela
218 sociedade civil, desqualificando os Conselheiros do Governo. O Sr. Zezinho do Prado (CNTE)
219 notificou que houve nos meados do mês de abril uma reunião do coletivo da CNTE, em que foi
220 preparado um cartaz abordando o tema “O que é Diversidade: É Vida” para o programa “Por uma
221 Escola Livre de Preconceitos”. Articulou que também foi produzido o jornal mural que abordará
222 sobre “O que é Diversidade: É Vida”. Postulou que a CNTE faz parte da Internacional de Educação
223 da América Latina e que, acontecerá nos dias 03 e 09 de maio o Congresso Internacional da
224 América Latina no Chile, em que será debatida sobre a questão da mulher, a questão do negro e a
225 questão LGBT. Ilustrou que nos últimos cinco meses existe uma falta do poder público nas reuniões
226 das Câmaras Técnicas, mas registrou que o MEC deu e está dando contribuições na questão da
227 Resolução 12, assim com o Sr. Ivanildo da Casa Civil que ajudou na construção do Regimento
228 Interno e do Regimento Eleitoral. A Sra. Rebeca Valadão (CFP) informou que a CPF realizará um
229 debate *on-line* no dia 17 de maio e que, será realizado no dia 22 de maio o Congresso de Psicologia,
230 em Salvador, onde o CPF participará de várias mesas, inclusive de uma mesa sobre
231 despatologização das transidentidades. Explanou que a Presidenta do CFP teve uma reunião com
232 uma associação de juristas cristãos que pretendem alterar a Resolução 001/99 que trata da questão,
233 vulgarmente, da cura da homossexualidade. O Sr. Flávio Brebis (CODIV-SEMIDH-GDF) arrazoou
234 que faz parte do Fórum Nacional de Gestoras e Gestores Estaduais e Municipais de Políticas para
235 População de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais e que, participaram da V
236 Assembleia do FONGES nos dias 23 e 24, em Campo Grande, em que foi realizada a eleição da
237 executiva no primeiro dia. Elucidou que já existem algumas iniciativas de enfrentamento aos
238 Deputados fundamentalistas, mas compreendeu que precisam do auxílio do Conselho,
239 principalmente na questão da educação e que, já possuem agendadas reuniões com o Secretário de
240 Educação para efetivar as questões, principalmente da Resolução 12. Seguindo para o próximo item
241 de pauta: Apresentação sobre a Resolução 12, a Sra. Keila Simpson compreendeu que o
242 considerando tem totalmente um caminho que liga a defesa contra a prostituição e a possibilidade
243 de encontrar um caminho melhor e discorreu que inseriram um campo para o nome social e
244 trabalharam no Artigo 6º, retirando o termo “segregado”. Ponderou que no Artigo 8º foi retirado a

245 conotação muito para criança e adolescente, usando três populações: travestis, mulheres e homens
246 trans. O Sr. Alexandre Bortolini explicou que realizaram um levantamento no Ministério da
247 Educação muito grande sobre a difusão do reconhecimento do uso do nome social, no qual puderam
248 perceber que mais de 50% dos sistemas estaduais de ensino já regulamentaram de alguma maneira o
249 uso do nome social nas suas redes. Notificou que já possuem relatos de escolas de educação básica
250 que montaram grupos de professores para discutir o tema e compreendeu que precisam fazer uma
251 gestão muito cuidadosa da republicação, para não gerar um entendimento equivocado de que estão
252 retrocedendo. A Sra. Marinete situou que o Decreto Legislativo já suscitou no Parlamento e
253 postulou que conseguiram duas convocações na Comissão de Direitos Humanos, do Ministro Pepe e
254 do Conselho, mas destacou que ainda não existe data para acontecer à audiência pública. Arrazoou
255 que todos os PDCs tramitarão pela Comissão de Direitos Humanos e pela CCJ, e posteriormente irá
256 para o Plenário e para o Senado e comunicou que o Estatuto da Pessoa com Deficiência está no
257 Senado e o PLC que criminaliza a homofobia na CCJ, com um parecer favorável do relator,
258 Deputado Luiz Couto. Discorreu que haverá no dia 07 de maio, as 10h00, o lançamento da frente
259 parlamentar de defesa dos Direitos Humanos e que entendeu precisa usar os PDCs como espaço de
260 disputa e de defesa do mérito das resoluções. A Sra. Juliana Gomes Miranda compreendeu que
261 precisam fazer uma parceria mais forte com o MEC, Conselho Nacional de Educação, CONASP e
262 com Ministério da Justiça para apresentar mais requerimentos, caso seja essa a deliberação.
263 Ponderou que da parte da Secretaria de Direitos Humanos, não será republicada nenhuma portaria e
264 inferiu que terão que voltar dentro das estratégias para validar qual seria o limite da negociação. O
265 Sr. Zezinho Prado intuiu que a proposta de solicitação ao CNE para instalar uma Comissão
266 Bicameral de educação base e superior para tratar desse assunto, é muito interessante e poderia ser
267 encaminhada enquanto Conselho. O Sr. Léo Mendes (ARTGAY) Ponderou que o Conselho
268 Nacional de Educação está encaminhando o processo da Câmara Bicameral para discutir a
269 Resolução 12 e ilustrou que são 70 deputados que fizeram PDC, juntando ao PDC inicial do
270 Feliciano, com relação à questão de educação. Compreendeu que é importante que os gestores
271 estaduais e municipais se mobilizem também com seu partidos para observar o que está sendo feito
272 dentro do Congresso sobre a política LGBT do Brasil. Com relação a Resolução 11, articulou que é
273 importante dialogar com o Conselho Nacional de Segurança Pública. O Sr. Alexandre Bortolini
274 destacou que não podem esquecer-se do embate das escolas particulares e que precisam pensar em
275 uma articulação com as entidades e movimentos do campo da educação. Articulou que o MEC tem

276 recebido uma série de demandas de inclusão do nome social em alguns sistemas, então entendeu
277 que seria interessante realizar uma provocação direta a Secretaria Executiva do MEC para discutir
278 sobre essa questão. A Sra. Keila Simpson relatou que acredita que o texto da Resolução 12 serve
279 para subsidiar o Conselho de Educação e a Sra. Marinete inferiu que seria bom o Conselho procurar
280 rapidamente o Deputado Paulo Pimenta e fazer o diálogo sobre as estratégias para articular bem o
281 tipo de audiência pública que será feita. A Sra. Juliana Gomes Miranda sugeriu os Conselheiros que
282 participaram do Fórum Interconselhos que faça um relato por escrito e envie por *e-mail* para
283 posteriormente identificarem outras ações que forem necessárias. Com relação a III Conferência
284 Nacional, intuiu que já trataram do assunto no início da reunião e relatou que poderiam entrar
285 diretamente no item de pauta sobre a Câmara Técnica Permanente de Legislação e Normas. Os
286 participantes concordam com a sugestão e a Sra. Marina Reidel arrazouou que a Câmara debateu três
287 pontos de pautas: o cronograma de reuniões 2015, PL 5002 e a III Conferência Nacional. Discorre
288 que o cronograma de reuniões de 2015 houve algumas alterações devido a alteração de calendário
289 de processo eleitoral da sociedade civil, ficando: 25 e 26 de junho – reunião ordinária do Pleno e
290 das Câmaras Técnicas; 28 e 29 de junho – reunião ordinário do Pleno; 30 de junho – eleição para a
291 escolha das entidades da sociedade civil; 17 de setembro – posse dos novos Conselheiros; 18 de
292 setembro – reunião extraordinária do Pleno; 29 e 30 de outubro – reunião ordinária do Pleno e
293 reunião das Câmaras Técnicas; 26 e 27 de novembro – reunião ordinário do Pleno. Com relação ao
294 PL 5002, discorreu que a Câmara Técnica de Legislação e Normas sugeriu que a mesa diretora
295 convoque uma reunião com a relatora do referido projeto de lei, Janete Capiberibe, para apresentar
296 um parecer técnico sobre a situação real e a fim de subsidiá-la com elementos significativos.
297 Ponderou que sobre a Conferência não houve muita discussão sobre a mesma. O Sr. Ivanildo
298 Franzosi (Casa Civil) explanou que gostaria de manter a proposta da Câmara, independente da fala
299 Deputada Érika Kokay, para estudarem um pouco mais e dar subsídios para a relatora. Após
300 algumas manifestações, a Sra. Juliana Gomes Miranda postulou que o encaminhamento será que
301 façam uma reunião da mesa diretora com a relatora do referido projeto de lei e que, será informado
302 sobre a data da sua realização para o Conselho. Sugeriu transformar a reunião após a posse dos
303 novos Conselheiros em ordinária, retirando a proposta de reunião ordinária em outubro. Os
304 participantes aprovam a sugestão e seguindo para o relato da Câmara Técnica de Violência, a Sra.
305 Maria Guilhermina da Cunha Salasário Ayres relatou que o primeiro ponto de pauta foi o debate
306 sobre o caderno temático de investigação de crimes e violências homofobia e transfobia quanto às

307 pessoas LGBT e elucidou que o termo de referência do edital de contratação da consultoria para a
308 elaboração do caderno foi aprovado. O segundo ponto foi quanto ao cumprimento dos prazos pré-
309 determinados no pleno passado, o qual foi informado que esses prazos serão cumpridos conforme
310 esta no relato da reunião anterior. Com relação ao relatório sobre as denúncias no caso da Bahia e
311 de Itatira, a Sra. Marylucia Mesquita Palmeira informou que esteve com a Conselheira Giovana nos
312 dias 08, 09 e 10 em Itatira para verificar as denúncias de violação de homofobia do relatório que foi
313 encaminhado pelas militantes de Fortaleza e das denúncias via disque 100. Discorreu que foi
314 realizada uma reunião com a Promotora Carolina, em que a Conselheira Giovana expôs os objetivos
315 da visita e tratou sobre o relatório elaborado pelo movimento LGBT. Ponderou que a Promotora
316 afirmou que tinha conhecimento sobre as denúncias e que orientou as vítimas a registrarem um
317 boletim de ocorrência. Explanou que ao ser questionado sobre a atuação do Ministério Público em
318 relação aos casos, a promotora afirmou que a homofobia é um problema social e ainda não se
319 tornou jurídico, mas que seria conveniente se fosse criminalizada, assim como o racismo e
320 acrescentou que o Ministério Público não tinha poder para julgar. Articulou que a representação
321 reforça a necessidade de abrir procedimentos de investigação dos vários casos de homofobia social
322 institucional, afim de que os agressores sejam identificados e responsabilizados e que considerando
323 a urgência na implementação de ações que visam a combater a homofobia e a promoção dos direitos
324 de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais por se tratar de interesses coletivos e difusos,
325 foi realizada a instauração de um inquérito civil para a apuração de diversas situações de
326 discriminação e violação de direitos e a realização de um termo de ajustamento de conduta, TAC,
327 junto à prefeitura municipal de Itatira para que seja implementadas nas áreas de saúde, educação
328 assistencial social, segurança e cultura políticas públicas de combate à homofobia e promoção dos
329 direitos LGBT. Com relação às denúncias que chegaram ao disque 100 que tratam do não
330 cumprimento do direito no nome social no cartão do SUS e sobre o princípio da laicidade do estado,
331 a Sra. Marylucia Mesquita Palmeira ilustrou que a promotora acrescentou que o Ministério Público
332 precisava garantir esse princípio afirmando que todo cidadão que mantém uma opinião contrária aos
333 homossexuais com base na sua religião não fere o princípio de laicidade do Estado, exceto se
334 estiver em seu ambiente de trabalho e mesmo que seja representante de algum órgão público.
335 Postulou que foi alertado pela Conselheira Giovana que o poder público precisa se engajar em
336 executar a políticas de combate à discriminação e que a população precisa ser educada para
337 respeitar as diferenças, visto que a promotora concordou sobre a necessidade de haver campanha de

338 orientação de combate a homofobia, acrescentando que o Ministério Público da cidade tem
339 excelente relação com o poder executivo municipal e que 90% das suas demandas são atendidas.
340 Informou que realizadas os seguintes eventos: palestra no Centro de Educação Rural José Paulo de
341 Souza, reunião geral com o público LGBT de Itatira e a comunidade local da escola José Augusto
342 Lobo, em Lagoa do Mato; reunião na sede do município de Itatira entre o poder público e a
343 sociedade civil; e reunião na Câmara Municipal. Ressaltou que existe ausência de delegacia de
344 polícia para a realização das denúncias e a ausência de políticas públicas de combate a homofobia
345 lesbofobia e transfobia no município de Itatira e que, ficaram perplexas com a questão com fato de
346 um conselheiro tutelar ter tido acesso as denúncias do disque 100, o que fragiliza o sistema de
347 defesa e de proteção dos direitos LGBT. Comunicou que no caminho para Itatira teve
348 desrespeitados os mais elementares direitos de cidadania pelas autoridades policiais da cidade de
349 Canindé. Solicitou que seja elaborada uma manifestação desse Conselho sobre as ações jurídico e
350 políticas que o Conselho Federal de Serviço Social estará encaminhando e ilustrou que foi
351 solicitado pela Sra. Michele Meira, que seja realizada uma reunião do Conselho no Ceará. A Sra.
352 Juliana Gomes Miranda propôs que colocasse essa deliberação de itinerância para a próxima
353 reunião, já com nas sugestões que virão da reunião do dia 18 de maio. O Sr. Léo Mendes prestou
354 sua solidariedade a Sra. Marylucia Mesquita Palmeira pelo ato de constrangimento ilegal e entendeu
355 que é importante a Secretaria enviar um comunicado ao Governador do Estado e ao Secretário de
356 Segurança Pública para que oficializem a Corregedoria de Polícia do Ceará, para que apurem o
357 caso. Arrazoou que é importante que a Conselheira procure no máximo seis meses abrir uma ação
358 de perdas e danos contra o próprio Governo do Estado do Ceará. Discorreu que o FONGES tem que
359 ter uma atuação mais forte contra esses casos ocorridos no Ceará. O Sr. Gil Santos ponderou que
360 não entende como o Conselho Nacional da Secretaria de Direitos Humanos ainda não tem um
361 crachá para identificar os seus representantes e a Sra. Juliana Gomes Miranda informou que essa
362 solicitação será encaminhada ao jurídico para fazer uma avaliação e que, dará uma resposta sobre
363 essa questão na próxima reunião. Explanou que a Secretaria de Direitos Humanos fará uma
364 comunicação ao Governo Estadual recapitulando boa parte do ocorrido, solicitando providências e
365 inferiu que é um consenso elaborar uma moção de solidariedade ao caso da Verônica. O Sr. Léo
366 Mendes propôs que os Conselheiros regionais LGBTs realizem uma visita a vítima e também a
367 coordenadora LGBT do estado de São Paulo e a Sra. Roselaine Dias da Silva (ABL) sugeriu
368 solicitar uma reunião com a coordenação do Conselho Estadual LGBT de São Paulo para ter uma

369 leitura de como a região está percebendo a situação. A Sra. Juliana Gomes Miranda inferiu que o
370 encaminhamento será elaborar um pequeno grupo para uma missão nos moldes de Itatira para São
371 Paulo para tratar sobre o caso da Verônica Bolina, sendo que a Secretaria de Direitos Humanos e o
372 Ministério do Trabalho e Emprego também participarão. Seguindo para o relato da próxima
373 Câmara, a Sra. Keila Simpson discorreu que a Câmara trabalhou sobre a análise da Resolução 12, a
374 construção de documento da III conferência, o PRONATEC Direitos Humanos e o PPA 2016-2019.
375 Informou que o tema sobre PRONATEC Direitos Humanos não voltará para debate na Câmara e
376 que, programaram uma reunião extraordinária entre os dias 04 e 06 para tratar sobre a construção do
377 documento da III Conferência e do PPA 2016-2019, em São Paulo. O Representante da ABEH
378 informou que possuem um problema muito sério com o Ministério da Educação atualmente, com
379 relação ao fornecimento dos pagamentos de bolsas e auxílios para aquelas pessoas que estão sendo
380 tutores nos cursos em EAD de formação nas temáticas de gênero e sexualidade. Ponderou que a
381 ABEH está solicitando que o Conselho elabore alguma posição para ser enviada ao MEC para saber
382 como está a situação. O Sr. Léo Mendes sugeriu, posteriormente, aprovar uma moção de repúdio ao
383 Governo do Pará pela repressão feita contra os professores e as professoras em greve. A Sra. Juliana
384 Gomes Miranda relatou que o Conselho Federal da OAB e de Psicologia precisa junto com a
385 Secretaria de Direitos Humanos encaminhar uma agenda conjunta para recuperar as tratativas de
386 enfrentamento a homofobia. O Sr. Daniel de Jesus Costa (FONAJUNE) compreendeu que seria
387 interessante retomar a discussão sobre a juventude LGBT junto com o CONJUVE e a Sra. Juliana
388 Gomes Miranda informou que receberam um convite da Rede Homens Gays Bissexuais do Mato
389 Grosso do Sul para participar da Conferência Municipal e Estadual nos dias 22, 23 e 24 de maio.
390 Arrazouou que o Fórum solicita a presença também de representante do Conselho em palestra e a
391 participação de duas conselheiras, a Sra. Giovana e a Sra. Keila Simpson, nos dias 20 a 24 de maio,
392 em Porto Alegre e que, acontecerá no Paraná, em Irati, no dia 19 de maio uma discussão sobre
393 gênero e diversidade sexual nos espaços públicos. Postulou que a ANTRA convidou para
394 participarem do círculo de debates em Pernambuco e discussão sobre formação dos Conselhos
395 LGBTs nos municípios interiores, nos dias, 07, 08, 09 e 10 de agosto. A Sra. Marylucia Mesquita
396 Palmeira comunicou que está no *e-mail* do CNCD os convites para as Conselheiras trans
397 participarem do Seminário Nacional de Diversidade promovido pelo Conselho Federal de Serviço
398 Social. A Sra. Juliana Gomes Miranda notificou que será retirado como encaminhamento na SDH a
399 contração de uma consultoria para trabalhar um reforço parlamentar para a constituição de um

observatório social LGBT em proposições legislativas. **ENCERRAMENTO:** não havendo mais
nenhum assunto a ser tratado, o Sr. Juliana Gomes Miranda declara encerrada a 26ª Reunião
Ordinária do CNCD/LGBT.

Juliana Gomes Miranda
Secretaria de Direitos Humanos

Brasília - DF
Abril de 2015.